

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

|   |   |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>                  | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>                          |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>              | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>             |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>               | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>                   |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>           | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>                       |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>                        |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>                | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>         |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>                   | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>             |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>                   | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>                     |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>     | Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>                       |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>        | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>                  |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>               | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>                        |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>            | Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>           |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>            | Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>                  |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>               | Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>              |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>    | Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>       |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>               | Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>           |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>       | Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>     | Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>                       |
| Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>            |   |

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 50/2022/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

- 1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000204-9 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados.
- 2) Inquérito Civil nº 06.2016.00000530-2** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: 15 Batalhão de Polícia Militar Ambiental - Requerido: Flori José de Pelegrin - Assunto: Apurar irregularidade ambiental consistente na construção de uma valeta em Área de Preservação Permanente na Fazenda Lagoa Azul, em Dourados/MS. **Advogados: Gervasio Scheid, OAB/MS nº 3.802 e Osmar Silva, OAB/MS nº 6.398.**
- 3) Inquérito Civil nº 06.2016.00001394-6** - 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e o Município de Ponta Porã - Assunto: Investigar a ausência de infraestrutura viária na rodovia MS 164 com relação à instalação de redutores de velocidade nas proximidades da Escola Estadual Nova Itamarati, bem como sinalização de travessia de pedestres e ponto de ônibus escolar.
- 4) Inquérito Civil nº 06.2017.00000845-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Bela Vista - Assunto: Apurar possível irregularidade na construção de ginásio poliesportivo na Escola Municipal São Clemente.
- 5) Inquérito Civil nº 06.2018.00000893-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Vanderlei Vendramin - Assunto: Apurar irregularidades constantes dos Autos de Infração nº 17613 e nº 17614 do IMASUL, correspondentes à Fazenda Guabiju, localizada no município de Bela Vista/MS. (IC nº 13/2016, migrado para o sistema SAJMP).
- 6) Inquérito Civil nº 06.2018.00000895-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Calcário Itamarati/Orô Yte - Assunto: Apurar eventual dano ambiental e desrespeito à Licença de Operações Ambiental pela empresa de Calcário Itamarati/Orô Yte, pela suspensão de poeira na Estrada da Caieira causada intenso trânsito de caminhões. (IC nº 29/2014, migrado para o sistema SAJMP).
- 7) Inquérito Civil nº 06.2018.00000904-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Bela Vista/MS - Assunto: Apurar a prática de improbidade administrativa por parte do prefeito afastado Renato de Souza Rosa e demais requeridos, consistente em fraude em licitação, contratação irregular, terceirização irregular de serviços e desvio de verbas relacionadas ao contrato nº 194/2013, tomada de preços nº 010/2013, referentes à construção de uma Unidade Básica de Saúde UBS do programa de Saúde da Família PSF no Bairro Planalto, em Bela Vista/MS, com 324,51m². (IC nº 59/2015, migrado para o sistema SAJMP).
- 8) Inquérito Civil nº 06.2018.00001223-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível falsificação do texto do projeto de Lei nº 17, de autoria do vereador Johnys Hemory Denis Basso, o qual teve seu artigo. (IC nº 04/2014, migrado para o sistema SAJMP).
- 9) Inquérito Civil nº 06.2018.00001649-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Limeira, Guido Modelli Junior - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Limeira de propriedade de Guido Modelli Junior, as margens do Rio Apa. **Advogada: Janaina Bonomini P. Gonçalves, OAB/MS nº 13.137 (Pickler Advocacia Ambiental).**
- 10) Inquérito Civil nº 06.2018.00001650-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Alindo Buss e outra - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Ajuricaba de propriedade de Alindo Buss e outra, as margens do Rio Apa.
- 11) Inquérito Civil nº 06.2018.00001655-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Fazenda Apaporã, José Gonçalves de Lima e outra - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Apaporã de propriedade de José Gonçalves de Lima e outra, as margens do Rio Apa.
- 12) Inquérito Civil nº 06.2018.00002775-9 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos.



**13) Inquérito Civil nº 06.2018.00003480-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL - Assunto: Apurar eventual ilegalidade na licitação nº 19/100.817/2014, na modalidade tomada de preços, do tipo menor preço, cujo objeto era a construção de ponte de concreto armado sobre o rio dos velhos, extensão de 40m, no município de Jardim/MS pela AGESUL. **Advogado: José Valeriano de S. Fontoura, OAB/MS nº 6.277 (FONTOURA Advocacia & Consultoria).**

**14) Inquérito Civil nº 06.2019.00000009-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Almeida & Secco Ltda, Antônio Cavalcante, Casa do Asfalto Distrib. Ind. e Com. de Asfalto Ltda., MG Segurança Ltda - Assunto: Apurar possíveis irregularidades e necessidade de ressarcimento ao erário no que tange ao Processo Administrativo Licitatório nº 147/2011, do Município de Mundo Novo/MS. (OBS: Procedimento instaurado a partir do IC n. 06.2018.00000847-3).

**15) Inquérito Civil nº 06.2019.00001073-9** - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e outros - Assunto: Apurar as providências a serem adotadas para o regular funcionamento da Central de Interpretação de Libras, pertencente ao Estado de Mato Grosso do Sul.

**16) Inquérito Civil nº 06.2019.00001127-1 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Três Lagoas.

**17) Inquérito Civil nº 06.2019.00001263-7** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hélio Pereira da Silva - Assunto: Apurar a regularidade ambiental dos Lotes 71, 73 e 75 da Quadra 76, do município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa do referido imóvel rural.

**18) Inquérito Civil nº 06.2019.00001641-1** - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Unimed - Campo Grande MS Cooperativa de Serviços Médicos Ltda. - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na suspensão do tratamento psicoterapêutico ABA e Floortime utilizado pelos portadores do Transtorno do Espectro Autista - TEA.

**19) Inquérito Civil nº 06.2020.00000981-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Fernando Gustavo Okbe, Renata Tiemi Okabe e Vanderlei Pasini - Assunto: Apurar desmatamento em área de Savana Florestada, na Fazenda Ano 2000, em Cassilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente.

**20) Inquérito Civil nº 06.2020.00001028-3** - 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade relacionada à carga horária de médicos concursados e contratados.

**21) Inquérito Civil nº 06.2020.00001110-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Alberto Almeida da Silva - Assunto: Apurar desmatamento de 24,59 hectares em área de Savana/Floresta Estacional Semidecidual Submontana (Mata Atlântica), na Fazenda Campo Belo, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 162/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental - 2020).

**22) Inquérito Civil nº 06.2021.00000266-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia - Requerentes: Ministério Público Estadual - Requeridos: Sergilo Leonel da Costa e Wender Leonel da Paz - Assunto: Apurar a degradação ambiental de 1,00 hectare em área de vegetação nativa e área de preservação permanente - APP (curso d'água), na Fazenda Santo Expedito, em Cassilândia, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Informações Complementares de nº 026/2 PEL/3ª CIA BPMA/2020.

**23) Inquérito Civil nº 06.2021.00000677-2** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Manoel Messias Almeida - Assunto: Apurar possível desmatamento ilegal de 35,48 hectares, sem autorização da autoridade competente, fato ocorrido na Fazenda 15 de Agosto, localizada neste Município.

**24) Inquérito Civil nº 06.2021.00000698-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Agro Pagnocelli Ltda, Jaqueline de Almeida e Lucas Pagnoncelli - Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 6,81 hectares de vegetação nativa integrante do Bioma Mata Atlântica na Chácara Campo Verde, em Aral Moreira/MS, conforme constatado pelo Parecer nº 51/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **Advogados: Rodrigo Santana, OAB/MS nº 14.162 e Juliana Cardoso Zampolli, OAB/MS nº 14.141.**

**25) Inquérito Civil nº 06.2021.00000790-5 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes.

**26) Inquérito Civil nº 06.2021.00001191-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Benjamim Piveta Assunção - Assunto: Apurar



eventual ocorrência de desmatamento de 123 hectares na Fazenda Letícia, de propriedade de Benjamin Piveta Assunção.

**27) Inquérito Civil nº 06.2021.00001483-9** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Morgana Cristina Comparim de Campos Belo e Rômulo de Campos Belo - Assunto: Apurar o desmatamento de 15,21 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa e reserva legal, na Estância Cachoeira e Chácara Nossa Senhora do Carmo, em Jaraguari/MS, sem autorização ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 258/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

**28) Inquérito Civil nº 06.2022.00000396-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antônio Arruda Negrisoni - Assunto: Apurar a supressão de 7,49 ha em área declarada como Remanescentes de Vegetação Nativa, na Fazenda Dois Irmãos, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 307/21/NUGEO. **Advogados: Glauco Lubacheski de Aguiar, Fábio Alves Monteiro e Evandro Silva Barros, OAB/MS nºs 9.129, 9.130 e 7.466 (Aguiar, Monteiro e Barros - Sociedade de Advogados S/S).**

**29) Inquérito Civil nº 06.2022.00000463-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Luzia Firmina de Souza - Assunto: Apurar supressão de 0,24 hectares de vegetação de origem nativa em Área de Preservação Permanente, próximo a um curso d'água denominado córrego Mimoso. **Advogado: Manoel Barbosa de Souza, OAB/MS nº 3.623.**

**30) Inquérito Civil nº 06.2022.00000615-4** - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul - FFMS - Assunto: Averiguar as condições de segurança do torcedor no Estádio Municipal Jacques da Luz Filho (Estádio das Moreninhas).

Campo Grande, 22 de julho de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº PGJ/10/4893/2019

Notificada: BML Comércio Serviços e Engenharia Eireli

BML COMÉRCIO SERVIÇOS E ENGENHARIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.450.813/0001-50, com endereço na Avenida Marechal Deodoro, nº 1806, Jardim Tijuca, Campo Grande/MS, CEP: 79.094-000, doravante denominada contratada, representada neste ato por Bruno Moraes Lino, portador do RG nº 001.XXX.XX9 SEJUSP/MS e do CPF nº 003.XXX.XXX-48, fica notificada da intenção de rescindir unilateralmente o contrato, com fulcro no item 13.2, da cláusula décima terceira, do Contrato nº 176/PGJ/2020, e no artigo 78, I, da Lei Federal nº 8.666/93; e de aplicar a multa moratória de 10% (dez por cento) do valor da contratação, com fundamento no item 12.2, alínea "b", da cláusula décima segunda, do Contrato nº 176/PGJ/2020, ante a não entrega de documentos obrigatórios e o atraso na execução dos serviços. A contratada poderá apresentar defesa prévia no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação, com fulcro no artigo 5º, inciso LV, da CF/1988, e no artigo 87, §2º da Lei Federal nº 8.666/93. Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-8913, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE003299 DE 22.07.2022 DO PROCESSO 09.2022.00006995-0**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Diluz Comércio de Materiais Elétricos Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços n.º 03/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico n.º 29/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de materiais elétricos (luminárias e módulos de tomada), para atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), nos termos da Nota de Empenho n.º 2022NE003299 de 22.07.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei n.º 8.666/1993.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.583 DE 11 DE JANEIRO DE 2022 (PÁGINAS 64 E 65) E NO DOMP-MS Nº 2.647 DE 13 DE ABRIL DE 2022 (PÁGINA 23) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo: PGJ/10/1626/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **FORTZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, representada por **Vagner Galbero Araujo**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico n.º 23/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei n.º 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais elétricos (eletrodutos, fitas, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS  | UNIDADE | PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL) | PREÇO UNITÁRIO (R\$) |
|------|---|---------|-----------------------------|----------------------|
| 01   | Eletroduto corrugado DN 25 - Ref. 3/4". Fabricado em PVC antichama, com baixo coeficiente de atrito, cor amarela. Resistência diametral de carga equivalente a 320N/5cm. Atendendo aos padrões da norma ABNT NBR 15465. Bobina com 50 metros. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Cimflex. | Unidade | 50                          | 69,50                |
| 02   | Eletroduto corrugado DN 32 - Ref. 1". Fabricado em PVC antichama, com baixo coeficiente de atrito, cor amarela. Resistência diametral de carga equivalente a 320N/5cm. Atendendo aos padrões da norma ABNT NBR 15465. Bobina com 25 metros. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Cimflex.   | Unidade | 50                          | 60,00                |
| 03   | Eletroduto corrugado flexível de PVC Antichama de 3/4". Diâmetro externo de 25 mm. Resistência diametral de até 750N/5cm (resistência média), cor laranja. Fabricado de acordo com a norma NBR 15465. Rolo de 50m. Marca: Cimflex.  | Unidade | 50                          | 127,50               |
| 04   | Eletroduto corrugado flexível de PVC Antichama de 1". Diâmetro externo de 32 mm. Resistência diametral de até 750N/5cm (resistência média), cor laranja. Fabricado de acordo com a norma NBR 15465. Rolo de 25m. Marca: Cimflex.  | Unidade | 50                          | 90,00                |
| 09   | Fita isolante em PVC auto extingüível, em conformidade com a norma NBR NM 60454-3-1 e a NBR 5037, cor preta, largura de 19 mm, espessura entre 0,15 mm e 0,18 mm. Rolo de 20 m. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: P22  | Unidade | 500                         | 6,50                 |
| 10   | Fotocélula bivolt automático, para uso externo, IP 65, potência mínima 1000W, com suporte para fixação incluso, proteção contra surtos de tensão. Com invólucro de polipropileno resistente aos raios UV. Marca: Não registrado   | Unidade | 50                          | Não Registrado       |

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 6 de janeiro de 2022.





**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.583 DE 11 DE JANEIRO DE 2022 (PÁGINAS 65 E 66) E NO DOMP-MS Nº 2.647 DE 13 DE ABRIL DE 2022 (PÁGINA 24) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo: PGJ/10/1626/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **GIGA ATACADO EIRELI**, representada por **Augusto Henrique Werlang**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 23/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais elétricos (eletrodutos, fitas, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS   | UNIDADE | PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL) | PREÇO UNITÁRIO (R\$) |
|------|--|---------|-----------------------------|----------------------|
| 10   | Fotocélula bivolt automático, para uso externo, IP 65, potência mínima 1000W, com suporte para fixação incluso, proteção contra surtos de tensão. Com invólucro de polipropileno resistente aos raios UV. Marca: Não registrado.   | Unidade | 50                          | Não Registrado       |
| 12   | Lâmpada de LED entre 12 W a 15 W, bivolt, fluxo luminoso superior a 1300 lumens, tipo bulbo, soquete E27, temperatura de cor 6000 k ou 6500 k (Luz Branca Fria), vida útil mínima: 25000 h ou mais. Garantia de no mínimo 2 (dois) anos contra defeito de fabricação. Marca: Pix.  | Unidade | 400                         | 7,90                 |
| 13   | Lâmpada de LED entre 9 W e 10 W, bivolt, fluxo luminoso superior a 800 lumens, tipo bulbo, soquete E27, temperatura de cor 6000 k ou 6500 k (Luz Branca Fria), vida útil mínima: 25000 h ou mais. Garantia de no mínimo 2 (dois) anos contra defeito de fabricação. Marca: Ol.   | Unidade | 400                         | 4,80                 |
| 15   | Lâmpada tubular de LED, bivolt, potência igual ou inferior a 10 W, fluxo luminoso igual ou superior à 900 lumens, formato T8, soquete G13, dispensa de uso de driver ou reator, comprimento de 600 mm, temperatura de cor 6000 k ou superior (branca fria), vida útil mínima 25.000 horas. Garantia de no mínimo 2 (dois) anos contra defeito de fabricação. Marca: Llum.  | Unidade | 1000                        | 8,20                 |
| 18   | Luminária de Sobrepor com capacidade para duas lâmpadas tubulares do tipo T8 e de 1200 mm de comprimento. Construída em chapa de aço fosfatizada, pintura eletrostática da cor branca, refletor parabólicos em alumínio anodizado de alta pureza e refletância compatível, aletas parabólicas em alumínio anodizado de alta pureza, seladas na parte superior; curva fotométrica aberta, tipo "bat wing"; rendimento mínimo de 75%. Marca: Giga. | Unidade | 30                          | 165,00               |

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 3 de janeiro de 2022.



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.583 DE 11 DE JANEIRO DE 2022 (PÁGINA 66) E NO DOMP-MS Nº 2.647 DE 13 DE ABRIL DE 2022 (PÁGINAS 24 E 25) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo: PGJ/10/1626/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **RCTEIVE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA**, representada por **Marcos Cabral Teive**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 23/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais elétricos (eletrodutos, fitas, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS  | UNIDADE | PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL) | PREÇO UNITÁRIO (R\$) |
|------|---|---------|-----------------------------|----------------------|
| 08   | Fita adesiva acrílica transferível dupla face, largura 1,9cm, espessura de 2 cm ou 1,0 mm cor translúcida ou transparente, de acordo com a norma de durabilidade UL 745 C. Rolo de 2 m. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Adere. | Unidade | 300                         | 8,24                 |
| 10   | Fotocélula bivolt automático, para uso externo, IP 65, potência mínima 1000W, com suporte para fixação incluso, proteção contra surtos de tensão. Com invólucro de polipropileno resistente aos raios UV. Marca: Não registrado.  | Unidade | 50                          | Não Registrado       |

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 31 de dezembro de 2021.



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/PGJ/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.588 DE 18 DE JANEIRO DE 2022 (PÁGINA 46) E NO DOMP-MS Nº 2.650 DE 20 DE ABRIL DE 2022 (PÁGINA 96) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo: PGJ/10/1626/2021

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- MULTI WORK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Jhonatan Pereira de Queiroz**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 23/PGJ/2021

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais elétricos (eletrodutos, fitas, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS  | UNIDADE | PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL) | PREÇO UNITÁRIO (R\$) |
|------|---|---------|-----------------------------|----------------------|
| 07   | Espelho plano 4x2" para 2 portas (saídas) RJ-45, comportáveis em caixas embutidas ou de sobrepor padrão 4x2". Compatível com conectores de categoria 5e, 6 e 6A nos modelos UTP e FTP. Fabricada em material termoplástico de alto impacto e não propagante à chama, cor branca. Fornecido com etiquetas de identificação e parafusos para fixação. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Ilumi. | Unidade | 300                         | 5,78                 |
| 10   | Fotocélula bivolt automático, para uso externo, IP 65, potência mínima 1000W, com suporte para fixação incluso, proteção contra surtos de tensão. Com invólucro de polipropileno resistente aos raios UV. Marca: Não registrado.  | Unidade | 50                          | Não Registrado       |

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 17.01.2022.





**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.583 DE 11 DE JANEIRO DE 2022 (PÁGINA 67) E NO DOMP-MS Nº 2.647 DE 13 DE ABRIL DE 2022 (PÁGINA 25) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo: PGJ/10/1626/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, representada por **Valéria Zan Molinaro**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 23/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais elétricos (eletrodutos, fitas, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS   | UNIDADE | PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL) | PREÇO UNITÁRIO (R\$) |
|------|--|---------|-----------------------------|----------------------|
| 06   | Eletroduto dupla parede corrugado preto de PEAD Antichama de 3". Fabricado de acordo com a norma NBR 15465. Marca: Plastibras  | Metro   | 100                         | 14,00                |
| 10   | Fotocélula bivolt automático, para uso externo, IP 65, potência mínima 1000W, com suporte para fixação incluso, proteção contra surtos de tensão. Com invólucro de polipropileno resistente aos raios UV. Marca: Não registrado. | Unidade | 50                          | Não Registrado       |
| 14   | Lâmpada dicroica led, 5,5w de embutir, base gu 10, ângulo de abertura de 38°, fluxo luminoso de 350 lm, IRC-80, vida útil de 25.000 horas, temperatura de cor de 3000k, tensão 100-240v, dimensão 5,4 x 5,0 cm. Marca: Kian.     | Unidade | 100                         | 15,00                |

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 29 de dezembro de 2021.



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/PGJ/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.588 DE 18 DE JANEIRO DE 2022 (PÁGINA 47) E NO DOMP-MS Nº 2.650 DE 20 DE ABRIL DE 2022 (PÁGINAS 95 E 96) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo: PGJ/10/1626/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ELETROMAN – SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA**, representada por **Paulo Roberto Marques**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 23/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais elétricos (eletrodutos, fitas, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS   | UNIDADE | PREVISÃO DE CONSUMO | PREÇO UNITÁRIO (R\$) |
|------|--|---------|---------------------|----------------------|
| 05   | Eletroduto dupla parede corrugado preto de PEAD Antichama de 2". Fabricado de acordo com a norma NBR 15465. Marca: Cimflex.  | Unidade | 100                 | 8,03                 |
| 10   | Fotocélula bivolt automático, para uso externo, IP 65, potência mínima 1000W, com suporte para fixação incluso, proteção contra surtos de tensão. Com invólucro de polipropileno resistente aos raios UV. Marca: Não registrado. | Unidade | 50                  | Não registrado       |

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 05.01.2022.



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/PGJ/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.590 DE 20 DE JANEIRO DE 2022 (PÁGINA 12) E NO DOMP-MS Nº 2.651 DE 25 DE ABRIL DE 2022 (PÁGINA 59) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo: PGJ/10/1626/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **EZ TECHS IMPORTADORA, EXPORTADORA E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, representada por **Cristiano Leitão da Cunha Duvivier**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 23/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais elétricos (eletrodutos, fitas, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS   | UNIDADE | PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL) | PREÇO UNITÁRIO (R\$) |
|------|--|---------|-----------------------------|----------------------|
| 11   | Lâmpada de LED de 30 W, bivolt, fluxo luminoso superior a 2600 lumens, tipo bulbo, soquete E27, temperatura de cor 6000 k ou 6500 k (Luz Branca Fria), vida útil mínima: 25000 h ou mais. Garantia de no mínimo 2 (dois) anos contra defeito de fabricação. Marca: Empalux.  | Unidade | 300                         | 21,80                |
| 16   | Lâmpada tubular de LED, bivolt, potência igual ou inferior a 20 W, fluxo luminoso igual ou superior à 1800 lumens, formato T8, soquete G13, dispensa de uso de driver ou reator, comprimento de 1200mm, temperatura de cor 6000 k ou superior (branca fria), vida útil mínima 25.000 horas. Garantia de no mínimo 2 (dois) anos contra defeito de fabricação. Marca: Elgin.  | Unidade | 2000                        | 11,59                |
| 17   | Luminária de emergência 30 LEDs, bivolt, potência entre 1,8 W e 2 W, com acendimento automático na falta de energia elétrica, baixa emissão de calor, cor branca. Com duas opções de intensidade (mínimo e máximo), trava antifurto e bateria de lítio recarregável. Fluxo luminoso mínimo entre 55 e 80 lumens e máximo entre 100 e 150 lumens. Autonomia mínima de 6 h em fluxo mínimo e 3 h em fluxo máximo, temperatura de cor branca fria (6000 K ou superior). Fornecido com kit de instalação contendo parafusos e buchas. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Segurimax. | Unidade | 300                         | 13,99                |

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 18.01.2022.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 0024/2022/32PJ/CGR**

A 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2022.00000786-4

REQUERENTE: Câmara Municipal de Campo Grande e 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

REQUERIDO: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS.

ASSUNTO: *Apurar se a Unidade Básica de Saúde "Coronel Antonino" – Dr. Arthur Vasconcelos Dias, em Campo Grande/MS, possui estrutura física e tecnológica, recursos humanos, materiais e insumos para atender às necessidades de saúde da população.*

Campo Grande, MS, 21 de julho de 2022.

DANIELLA COSTA DA SILVA

32.<sup>a</sup> Promotora de Justiça da Saúde Pública

**EDITAL N. 0025/2022/32PJ/CGR**

A 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2022.00000787-5

REQUERENTE: Câmara Municipal de Campo Grande e 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

REQUERIDO: *Apurar se a Unidade de Saúde da Família (USF) Olímpio Cavalheiro, em Campo Grande-MS, possui estrutura física e tecnológica, recursos humanos, materiais e insumos para atender às necessidades de saúde da população.*

Campo Grande, MS, 21 de julho de 2022.

DANIELLA COSTA DA SILVA

32.<sup>a</sup> Promotora de Justiça da Saúde Pública

**CORUMBÁ****PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS Nº 09.2022.00007261-1****RECOMENDAÇÃO Nº 0001/2022/02PJ/CBA**

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul, através da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Constituição Federal, Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, Lei Complementar Estadual nº 072, de 18 de janeiro de 1994, e pela Resolução PGJ nº 15 – PGJ, de 25 de agosto de 1997, resolve:

CONSIDERANDO que, nos termos dos artigos 127, *caput*, e 129, II e III, da Constituição Federal, “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, cuja função institucional é “zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia” e “a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”, dentre outras;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 197 da CF, são de “são de relevância pública as ações e serviços de saúde [...]”;

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegura-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III, da CF), que situa a pessoa como centro das preocupações estatais;

CONSIDERANDO a noção “mínimo existencial” que, segundo o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Celso de Melo, no ARE 639.337, “compreende um complexo de prerrogativas cuja concretização revela-se capaz de garantir condições adequadas de existência digna, em ordem a assegurar, à pessoa, acesso efetivo ao direito geral de liberdade e, também, a prestações positivas originárias do Estado, viabilizadoras da plena fruição de direitos sociais básicos, tais como o direito à educação, o direito à proteção integral da criança e do adolescente, o direito à saúde, o direito à assistência social, o direito à moradia, o direito à alimentação e o direito à segurança”<sup>1</sup>;

CONSIDERANDO as constatações do Setor Psicossocial – Serviço Social do Ministério Público lançadas no Relatório de Visita Institucional datado de 08/07/2022, quanto às condições do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS Ad do Município de Corumbá/MS;

CONSIDERANDO a competência do Poder Executivo Municipal, através de suas Secretarias, à efetivação de medidas com o intuito de melhorar a assistência aos cidadãos, e, por conseguinte, a qualidade de vida destes;

CONSIDERANDO, por fim, que a *Recomendação* é um importante instrumento de que dispõe o Ministério Público para ver respeitado o ordenamento jurídico sem que haja a necessidade da judicialização de eventuais conflitos, alertando seus destinatários sobre a existência de normas vigentes e da necessidade de seu estrito cumprimento, sob pena de responsabilização nas esferas competentes;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”; e

CONSIDERANDO que impõe-se a esta Promotoria de Justiça, em defesa da cidadania e saúde pública, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes, *recomendar* medidas administrativas a serem deflagradas pelo Município de Corumbá/MS, em resposta à situação do Centro de

<sup>1</sup> STF.



## Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS Ad;

RECOMENDA ao Município de Corumbá/MS, representado pelo Prefeito Municipal Marcelo Aguilar Iunes, sob pena de responsabilização do agente público omissor por improbidade administrativa (artigo 11, inciso II, da Lei 8.429/92), e responsabilização criminal (artigo 1º, inciso XIV, do Decreto-Lei nº 201/67), que:

1. Adote providências para que não haja o remanejamento de profissionais do CAPS Ad à Unidade de Acolhimento, quando esta estiver concluída e instalada, abstendo-se de desintegrar a equipe técnica do CAPS Ad do Município de Corumbá/MS;
2. Disponibilize veículo automotivo exclusivo, tipo Van, para atender o CAPS Ad do Município de Corumbá/MS, visando facilitar o deslocamento da equipe de saúde e o transporte de usuários;
3. Estabeleça, através da Gerência de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá/MS, protocolo e fluxo de atendimento entre CAPS Ad e Pronto-Socorro municipal dos pacientes que necessitem de atenção hospitalar e serviços de urgência/emergência acerca de tratamento de desintoxicação aos usuários do CAPS ad com intoxicação aguda, com síndrome de abstinência de álcool, com intoxicação aguda com evolução para a instalação de síndrome abstinência grave, ou ainda outros quadros de síndrome de abstinência seguidos por complicações clínicas, neurológicas e psiquiátricas (Portaria nº 2.197/04 do Ministério da Saúde), ficando o CAPS Ad responsável pela organização da demanda;
4. Coordene, através da Gerência de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá/MS, em articulação com o Conselho Municipal Antidrogas – COMAD, atividades de supervisão dos serviços de atenção aos usuários do CAPS Ad;
5. Supervisione e capacite, através da Gerência de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá/MS, as equipes de atenção básicas, serviços e programas de saúde mental que prestem atendimento aos usuários do CAPS Ad;
6. Elabore o Plano Terapêutico Singular - PTS (Lei 10.216/01) para cada usuário que buscar o serviço, sendo o atendimento realizado a partir da elaboração do referido Plano;
7. Realize o cadastro dos pacientes do CAPS Ad que utilizam medicamentos essenciais e excepcionais, como forma de controle e monitoramento da política de Assistência Farmacêutica do Município de Corumbá/MS e manutenção do acesso contínuo;
8. Avalie, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Corumbá/MS – SEINFRA, a necessidade de reparos estruturais no espaço físico do CAPS Ad; e
9. Garanta melhores condições de trabalho aos profissionais do CAPS Ad, por meio da aquisição e disponibilização de computadores em quantidade compatível com o número de integrantes da equipe e demanda;

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Adverte-se aos destinatários que o não atendimento desta *Recomendação* poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa, nos termos supra fundamentados.

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul deverá ser comunicado (através do e-mail 2pjcumbá@mpms.mp.br), no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento da presente, se a autoridade acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, com o encaminhamento de documentos hábeis a comprovar a efetivação das medidas, caso positiva a resposta, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Remeta-se cópia desta *Recomendação* para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).





Corumbá/MS, 22 de julho de 2022.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA  
Promotora de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

**CHAPADÃO DO SUL**

---

**EDITAL Nº 0014/2022/2ªPJCS**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadão do Sul/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, n. 435, Parque União, CEP 79560-000, Chapadão do Sul/MS. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil nº 06.2022.00000755-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pedro Lopes Neto

Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental localizada na Fazenda Recanto, no município de Chapadão do Sul

Chapadão do Sul, 22 de fevereiro de 2022.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI  
Promotor de Justiça em substituição legal

**EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2021.00000697-2

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CHAPADÃO DO SUL

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, neste ato representado pela Promotor de Justiça em substituição na 2ª Promotoria de Justiça de Chapadão do Sul Matheus Macedo Cartapatti, doravante denominado Ministério Público.

Compromissário: LUCAS MICHEL ASSUNÇÃO.

Objeto: Composição *in natura* de danos ambientais apurados por meio de mapeamento executado pelo NUGEO – Núcleo de Geotecnologia do MPMS, no bojo do Projeto DNA *Ambiental*, em que se constatou o desmatamento irregular de 49,73 ha, conforme descrito no Parecer 419/19/NUGEO.

Da Indenização Ambiental: O COMPROMISSÁRIO doará a quantia de R\$ 5.000,00 (três mil reais) ao Fundo Municipal de Meio Ambiente de Chapadão do Sul, a qual será integralmente revertida para promoção de projetos ambientais no município de Chapadão do Sul, efetuando depósito bancário identificado ou transferência bancária.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI  
Promotor de Justiça em substituição legal



---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**BATAYPORÃ**

---

**EDITAL Nº 0022/2022/PJ/BIP**

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2022.00000735-3, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000735-3

Requerente: Ministério Público

Requerido: Márcio de Oliveira Pereira

Assunto: Apurar eventuais atos de poluição sonora cometidos pelo promotor de eventos Márcio de Oliveira Pereira, em razão de um evento realizado na Chácara Monteiro, localizada neste Município de Batayporã/MS.

Batayporã, 22/07/2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça Substituto

**EDITAL Nº 0023/2022/PJ/BIP**

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2022.00000701-0, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000701-0

Requerente: Ministério Público

Requerido: Dolores Ljiljana Bata Arambasic e Espólio de Ljubodrag Arambasic

Assunto: Apurar a ausência de 12,80 hectares de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente, a existência de construções na área, bem como a ausência de 11,26 hectares de vegetação em área de Reserva Legal e o déficit de 4,76 hectares para compor o mínimo legal de 20% exigido na área, sendo todas as áreas integrantes do Bioma Mata Atlântica e sobrepostas a Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, na Fazenda Recanto, em Taquarussu/MS, conforme Parecer n. 239/22/NUGEO.

Batayporã, 22/07/2022.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça Substituto